

A “REPÚBLICA OLIGÁRQUICA” (1894-1930)

1) A Difícil Institucionalização: Prudente de Moraes (1894-1898)

- * *Prudente de Moraes, candidato às eleições indiretas de 1891, expoente da elite agrária cafeeira de São Paulo no PRP, implementa a liberalização da República.*
- * *Conta com o apoio de outros republicanos defensores da causa liberal (algumas parcelas das classes médias urbanas)*
- * *Militares não voltam a demandar o poder central, tendo em vista a situação de conflito institucional que envolveu a renúncia de Deodoro da Fonseca e a Revolta da Armada, durante o governo Floriano Peixoto.*
- * *Oligarquias dominam a política estadual e local. Os cafeeiros, por sua vez, impõem-se sobre as instituições federais.*
- * *O Governo Prudente de Moraes também se encerra com a decretação de Estado de Sítio, em função da investida dos jacobinos, que tentavam em vão desestabilizar o governo dos cafeeiros.*

2) Fórmula do Compromisso Oligárquico: Campos Sales (1898-1902)

2.1. Novas Regras do Jogo Político num Brasil sem centralismo

- * *A extinção do Poder Moderador criou dificuldades institucionais graves para o sistema político brasileiro.*
- * *O centralismo imperial era o instrumento a partir do qual se estabeleciam as “regras do jogo” do acesso ao poder estadual. Em suma, como o Imperador determinava quais oligarquias teriam privilégios no acesso ao poder provincial (estadual), e o poder municipal tinha pequeníssima expressão, logo não havia caminhos outros de acesso ao poder que não a graça imperial. Assim, tornava-se difícil para uma oligarquia “dissidente” contestar a legitimidade do poder de uma outra oligarquia no poder.*
- * *Num contexto de Federação, de autonomia municipal e estadual, e portanto, sem o centralismo e o Poder Moderador, as regras que determinavam o acesso ao poder se dissolveram, deixando o espaço aberto para as várias oligarquias tentarem ganhar posições em relação às outras. O clima era, portanto, de instabilidade política.*
- * *Assim, foi com Campos Sales que se buscou um novo mecanismo institucional que permitisse criar novas “regras do jogo” para as oligarquias, sem que para isso fosse possível eliminar o federalismo.*
- * *Tal mecanismo foi a “política dos governadores”.*

2.2. A “Política dos Governadores”

- 1) *O Governo Federal, principalmente na figura do Presidente da República, se compromete a apoiar com todos os seus recursos e possibilidades as oligarquias estaduais mais poderosas (que tenham mais aliados e maior “curral eleitoral”). O apoio era dado para que Presidentes de Estado (governadores) provenientes destas oligarquias fossem eleitos, e uma vez no poder, nele permanecessem, a despeito das tentativas de outras oligarquias de solapar o poder.*
 - 2) *Em retribuição, as oligarquias estaduais apoiadas pelo governo federal orientam os “coronéis” aliados a atuarem em nível municipal, coagindo (pela pressão psicológica e pela força física) os eleitores sob sua “tutela” a votarem nos candidatos oficiais, ou seja, protegidos Presidente da República e dos Presidentes de Estado.*
 - 3) *Os coronéis, cujo reduto político são os municípios, usam seu “curral eleitoral” (ou seja, os eleitores sob sua influência) como moeda de troca para conseguir privilégios junto aos governos estaduais e federal.*
- * *Trata-se de um esquema para “controlar” o acesso ao poder por parte das oligarquias, oferecendo portanto ao PRP e ao PRM capacidade de manter sob sua vigilância as disputas locais, evitando a*

deflagração de um clima de instabilidade política que pudesse pôr fim ao domínio evidente de São Paulo sobre a política nacional.

** Vale lembrar que neste esquema, somente o PRP e o PRM indicariam os candidatos à presidência (“Política do Café-com-Leite”).*

2.3. O Coronelismo

** O título de “coronel” era uma patente da Guarda Nacional, geralmente comprado por comerciantes e fazendeiros*

** Durante o Império, o centralismo imperial impediu que os coronéis tivessem poderes locais irrestritos*

** Com o federalismo, os municípios se tornaram entes dotados de autonomia e de relevância política. Assim, os coronéis passavam agora a exercer seu mandonismo em um entidade política altamente relevante para a política nacional, visto que é a partir dela, do voto dos eleitores em cada distrito eleitoral, que se escolhe o chefe de Estado e de governo.*

** Desta forma, os coronéis tornavam-se relevantes para a política nacional, e souberam usar essa importância em seu favor.*

** Quanto maior o “curral eleitoral” sob influência de um coronel, maior seu poder de barganha junto à oligarquia dominante em nível estadual e junto ao Governo Federal.*

** Os coronéis estabelecem relações de apadrinhamento e proteção com os eleitores, em troca de votos. Os eleitores resistentes são convencidos pelo uso da força bruta (os bandos de jagunços a serviço do coronel)*

2.4. A Comissão de Verificação de Poderes

** A República não dispõe de uma justiça eleitoral autônoma, que seja responsável por fiscalizar e assegurar a lisura no processo eleitoral, e após o resultado das urnas, legitimá-lo.*

** Existia a Comissão de Verificação de Poderes, composta por membros do Congresso Nacional, e portanto, um braço do Poder Legislativo.*

** Era a Comissão que dava a última palavra acerca do resultado das urnas, e em tese, zelava pela prática legal do voto*

** Contudo, já que sabemos que através da Política dos Governadores, os membros do parlamento nacional são eleitos a partir da troca de favores entre o governo federal, as oligarquias e os coronéis, logo os membros do Congresso eram normalmente aliados da presidência.*

** Assim sendo, o Presidente tinha ampla capacidade de influenciar a confirmação ou não dos resultados das urnas através da Comissão de Verificação. Se algum resultado não fosse satisfatório para as oligarquias ou para o presidente, este era considerado “ilegítimo”, e novo resultado era decretado.*

3) Política Econômica e Problemas Econômicos

3.1. Expansão do mercado consumidor e o impacto sobre a dívida externa

** A adaptação da estrutura produtiva nacional à expansão do consumo privado decorrente do trabalho livre gerava problemas de grande monta.*

** Vimos que a política emissionista de Rui Barbosa teve como um de seus objetivos ampliar a quantidade de moeda em circulação de modo a viabilizar os pagamentos de salários e as compras no varejo.*

** Desde então, a moeda está amplamente desvalorizada, a inflação avança, e o valor da moeda nacional em comparação com a libra (reserva de valor internacional) deteriorado (baixo câmbio)*

** A estrutura produtiva é incapaz de atender a demanda por bens de consumo não-duráveis, decorrente da expansão do trabalho livre. A expressão da monocultura de exportação na agricultura nacional e a precariedade da indústria revelam incapacidade interna de atender a pressão pelo consumo*

** As importações de bens de consumo não-duráveis se expandem, requerendo para tal a existência de moeda internacional (libras, principalmente) com as quais as compras pudessem ser feitas no exterior.*

** Indispondo de moeda internacional no montante exigido para as importações, o Governo Federal – autoridade responsável pela venda das libras esterlinas aos importadores, que pagam em mil-réis de acordo com a taxa de câmbio – contrai empréstimos em libras, de modo que tenha moeda internacional para vender aos seus importadores.*

** A pressão do consumo, então, força ainda mais o aumento da dívida externa, já elevada com a desvalorização do mil-réis.*

3.2. A Dívida Externa e o Funding Loan

** Dada a situação de vulnerabilidade da economia brasileira, e pela iminência de insolubilidade das contas externas (ou seja, da falta de moeda internacional para se pagar os juros da dívida), Joaquim Murinho, ministro da fazenda de Campos Sales, viaja à Inglaterra, para discutir a renegociação da dívida (1898)*

** É acertado então o primeiro Funding Loan (Empréstimo de Consolidação), como tentativa de iniciar o saneamento das contas nacionais do Brasil*

** Com o primeiro Funding Loan, estabelece-se:*

a) O Brasil deixa de pagar os juros da dívida em moeda internacional, e passa a pagá-lo em títulos da dívida pública federal.

b) É contraído novo empréstimo, a partir do qual esperava-se investimentos que permitissem a recomposição da capacidade de pagamento do Brasil

c) Como garantia do empréstimo, são exigidas as receitas da Alfândega, e hipotecadas a Companhia Central do Brasil e a Companhia de Águas do Rio de Janeiro.

3.3. O Convênio de Taubaté e a Política de Valorização do Café

** A produção de café aumenta por várias razões. Uma delas, e certamente a principal, é o impulso recebido com a quebra do atravessamento feito pelos antigos comissários.*

** Os comissários compravam café das fazendas e vendiam às casas comerciais exportadoras. Compravam produtos importados pelas casas importadoras, e os revendiam nas fazendas.*

** No final do século XIX, as companhias exportadoras passam a enviar seus representantes comerciais pelo interior do País, de modo a alcançar as fazendas produtoras de café e negociar diretamente com os fazendeiros.*

** Da mesma forma, as casas importadoras mandam seus vendedores fazer negócio diretamente nas fazendas.*

** Assim, a relação direta entre comércio e produção, e o fim do intermediário, incentiva a expansão da área cultivada.*

** Contudo, o café é um produto de baixa elasticidade-renda. Ou seja, a expansão da renda global nos mercados consumidores não leva a uma elevação proporcional na quantidade consumida de café. Este fato, somando à produção excessiva, torna o café superabundante, reduzindo seu valor internacional.*

** Os fazendeiros de café estavam perdendo seus lucros pela queda nos preços. Assim, reúnem-se em Taubaté (1906) Nilo Peçanha (RJ), Francisco Sales (MG) e Jorge Tibiriçá (SP) a fim de elaborarem um acordo que permitisse ao Estado intervir nesta perda de vantagens.*

** Pelo Convênio de Taubaté decide-se:*

a) a contratação de empréstimos externos pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com a finalidade de financiar a compra de café excedente dos agricultores, para a formação de estoques reguladores

b) a cobrança de impostos sobre os fazendeiros que insistissem em expandir a área plantada.

** O Governo Federal foi contra as medidas do Convênio de Taubaté, tendo em vista que prejudicava o esforço de saneamento da economia (mais endividamento). As medidas são, ainda assim, aprovadas.*